

O COMPORTAMENTO DO SETOR INFORMAL DAS ECONOMIAS GAÚCHA E BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990*

Adriano José Pereira**

Gustav Penna Gorski***

Luciane Schneider****

Resumo: Tendo como objetivo verificar o comportamento dos índices de informalidade das economias brasileira e gaúcha, fazendo um comparativo entre estes, no período que compreende as décadas de 1980 e 1990, este artigo trata destes índices na sua totalidade e por ramos de atividade. Utilizando-se de dados extraídos da PNAD, verificou-se que os índices totais de informalidade são mais elevados no RS, o que é determinado, principalmente, pela magnitude dos índices do ramo de atividade agrícola. Constatou-se também que os índices de informalidade apresentam tendência à elevação.

Palavras-chave: Economia capitalista; população ocupada; informalidade.

1 Introdução

A crise dos anos 1980, acompanhada por uma acentuada queda do nível da produção e do emprego, bem como de períodos de crescimento negativo do Produto Interno Bruto, levou um contingente de pessoas economicamente ativas a procurar outras alternativas de trabalho, pois a absorção de mão-de-obra no mercado formal foi insuficiente, ocorrendo um comportamento semelhante nos anos 1990.

Este artigo, que trata do comportamento do setor informal das economias gaúcha e brasileira, em relação à população ocupada entre os anos de 1980 e 1999, tem como objetivo verificar a

* Artigo realizado a partir de pesquisa desenvolvida com auxílio (bolsa) do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIPE) da UFSM e do CNPq.

** Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM.

*** Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da UFSM (bolsista FIPE/1999).

**** Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da UFSM (bolsista CNPq/1999-2000).

magnitude dos índices de informalidade e estabelecer uma comparação entre o Estado do RS e o Brasil, procurando evidenciar semelhanças e/ou diferenças no comportamento destes índices, em sua totalidade e por ramos de atividade.

Neste artigo são abordados o conceito de informalidade bem como as dificuldades na sua mensuração, estabelecendo-se, a partir de determinados autores (Cacciamali, 1983, e Azevedo, 1990), que estes índices se constituem a partir do somatório de três formas de ocupação: trabalhadores sem carteira assinada, conta própria e não remunerados. Neste sentido, o artigo limita-se a descrever e estabelecer comparações em relação ao comportamento dos índices de informalidade, no Brasil e no RS, durante as décadas de 80 e 90.

O artigo é composto de cinco partes, sendo que a primeira, introdutória, tem por objetivo apresentar as principais informações referentes a sua execução. A segunda parte trata do cenário da informalidade, entendido como um "setor" que está inserido no modo de produção capitalista. A terceira parte busca caracterizar a informalidade e trata das limitações metodológicas e dificuldades de mensuração do setor informal, enquanto que a quarta apresenta os resultados da pesquisa. A quinta parte apresenta as referências das fontes utilizadas na realização da pesquisa.

2 O cenário da informalidade

A análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista é fundamental para a compreensão deste trabalho. Este modo de produção não tem sido capaz de absorver toda a força de trabalho disponível no mercado no seu processo de desenvolvimento. Isso ocorre porque, na produção capitalista, há uma nítida separação entre trabalhadores, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salários, e capitalistas, os quais são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzirem bens com o fito de lucro.

Surge então a necessidade, no que se refere ao modo de

produção, de considerar a existência de outros "modos de produção" que não o capitalista, porém articulados e subordinados a este. (Souza, 1980)

Azevedo (1990), ao considerar esta questão, sugere a expressão produção tipicamente capitalista para as relações de trabalho que seguem à risca a lei de desenvolvimento capitalista e, por outro lado, produção não tipicamente capitalista para as relações de produção que se encontram à margem do modo principal e são articuladas e subordinadas à expansão do capital.

As formas de organização da produção não-tipicamente capitalistas compõem, "grosso modo", o chamado setor informal da economia. São atividades que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial, junto com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados, que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico. Compreenderia desde as formas mercantis simples, sem assalariamento permanente (empresas familiares, trabalhadores autônomos, pequenos vendedores de serviços e empregados domésticos) até as "quase-empresas capitalistas", que utilizariam mão-de-obra assalariada de modo permanente (traço capitalista), mas onde o patrão estaria envolvido diretamente no processo produtivo (traço não-tipicamente capitalista). (Souza, 1980).

É necessário, então, reconhecer a existência de outras formas de atividade para entender o comportamento do emprego, pois a oferta da força de trabalho comporta-se de acordo com o movimento da classe trabalhadora dos diferentes ramos de atividade, sendo essencialmente capitalistas ou não.

Segundo Singer (1979, p.103):

Isto significa que a redefinição da divisão social do trabalho, a diversificação da produção, o progresso técnico e a elevação da produtividade passam pelo estabelecimento e expansão das relações de produção capitalistas. A

participação da população na força de trabalho ou, mais genericamente, o relacionamento da população com o processo de produção (social e individual) só pode ser apreendido no contexto global do desenvolvimento do capital.

A determinação do emprego e da renda nestas economias ditas não-tipicamente capitalistas é uma resposta à configuração e à dinâmica do processo maior – produção tipicamente capitalista. O processo criativo e destrutivo do setor capitalista gera interstícios produtivos em aberto ao longo do tempo, os quais são passíveis de serem explorados por uma organização produtiva de pequena escala de produção e uso intensivo de trabalho.

Neste mesmo sentido pode-se referir ao crescimento da oferta de trabalho. Ao utilizar menos força de trabalho, as inovações tecnológicas aumentam a produtividade do trabalho, porém aumentam a oferta de mão-de-obra no momento em que as máquinas substituem os trabalhadores. Este aumento da oferta de mão-de-obra nem sempre é absorvido por outra atividade produtiva tipicamente capitalista. Isto implica um aumento do contingentes de desempregados e ampliação do exército de reserva.¹

O sustentáculo da ampliação da população relativa excedente em países desenvolvidos se dá através de programas como o auxílio desemprego; mas em países não desenvolvidos, esse excedente do processo capitalista de produção é mantido em outros “setores”.

O aumento da produção e do emprego no sistema capitalista pode expandir-se até o ponto onde as teorias clássica e keynesiana convergem, ou seja, o pleno emprego. Nesta situação, a demanda de trabalho é igual ou maior do que a oferta e todos que desejarem

¹ Adotando-se a explicação de Karl Marx, entende-se que a existência do exército de reserva é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista e sua ampliação é consequência do desemprego tecnológico, onde há a substituição de trabalhadores por máquinas devido ao avanço da tecnologia.

trabalhar pelo salário corrente obterão emprego. Há, porém, que se distinguir a absorção da força de trabalho (FT) em todos os setores como plena capacidade total e a absorção da força de trabalho em alguns setores como a plena capacidade parcial.

De acordo com Singer (1979, p.69):

A situação de pleno emprego é aquela em que, para todos fins práticos, a totalidade da FT está empregada. Como a FT apresenta diferentes níveis de qualificação e tipos de demanda por FT, a economia pode chegar à situação de pleno emprego de determinadas categorias de trabalhadores, enquanto outras ainda apresentam considerável margem de desemprego. Consideremos esta situação que, é normal em economias não desenvolvidas, como de pleno emprego parcial em contraposição à situação freqüentemente encontrada em países capitalistas adiantados, em que a estrutura da oferta e da procura por FT coincidem, em linhas gerais; neste caso, o emprego da totalidade da FT é considerado pleno emprego total (...)

A existência de plena capacidade parcial em economias subdesenvolvidas como a brasileira não indica igualdade de oferta e demanda de força de trabalho. Quando o número de qualificados é maior na demanda por força de trabalho que na oferta de força de trabalho, ocorre desemprego de não-qualificados. Ao contrário, quando o número de qualificados é maior na oferta de força de trabalho do que na demanda, ocorre desemprego de qualificados. Aquela assertiva reflete a realidade brasileira, em que, mesmo em situação de plena produção vão se verificar organizações não tipicamente capitalistas para absorção da mão-de-obra excedente.

3 Uma caracterização da informalidade

A existência de um conjunto de atividades produtivas que formam o setor informal vem, ao longo do tempo, sofrendo modificações no que diz respeito a sua definição.

O aperfeiçoamento de um conceito para estas atividades evoluiu de um momento em que se considerava o setor informal uma

anomalia ou disfunção do sistema capitalista, para uma ótica de um tipo de produção que tem uma tendência a se adequar à expansão/contração do capitalismo.

Existe, portanto, a visualização de um nexos estrutural entre os setores formal e informal, onde este não existe senão pela relação que tem com aquele. A definição do “setor informal”, a partir destes entendimentos, não pode se dar senão pela relação com o setor dito formal.

A busca desta definição para este “setor” deve partir, então, de uma análise do movimento da produção capitalista, a fim de se verificar a necessidade da formação de outros setores de produção subordinados ao capital. Azevedo (1990, p. 167) resume: “ Não se trata mais, portanto, de apenas descrever o setor informal, mas, sim, de analisar os processos que provocam segmentação no interior da economia urbana.”

Deste modo, o setor informal assume uma natureza funcional dentro da acumulação de capital. Porém, a determinação específica das funções do setor subjacente para com o setor principal é uma tarefa não tão fácil como perceber a sua ligação como um todo ao movimento do capital.

Uma das formas de abordagem do assunto ressalta três funções do setor informal que mais contribuem direta ou indiretamente para a expansão dos setores capitalistas. A primeira função seria a de facilitar de maneira mais direta o processo de acumulação de algumas empresas capitalistas. A produção de pequenos produtores autônomos se dá sob baixos custos, e existem empresas que se apropriam dessa produção, viabilizando lucros elevados na fase de comercialização do produto final.

A segunda função seria a de atendimento à procura de certos bens e serviços quando ainda não se verificam as condições suficientes para a realização de investimentos capitalistas na produção destes bens. Neste tipo de produção, o processo de

acumulação de capital não seria suficiente para a instalação de empresas ditas formais (capitalistas).

Um terceiro tipo de contribuição funcional do setor informal para a produção capitalista seria o de facilitar a circulação de bens industrializados. A comercialização feita pelo pequeno comércio permite a elevação da demanda de bens produzidos pelo setor capitalista, no momento em que se torna elo de ligação entre este tipo de bem e a população de baixa renda, a custos menores.²

Em suma, a análise das formas de produção não-tipicamente capitalistas deve passar por uma perspectiva onde se deve levar em conta, de um lado, sua articulação ao capital e, de outro, as estratégias de trabalho dos agentes engajados nessas formas de produção.

A produção não-tipicamente capitalista deve ser entendida como resultado do processo contraditório de acumulação de capital, o qual cria, através de um só e único movimento, as atividades capitalistas e as não-capitalistas. Uma vez que existe um só e único movimento que cria e articula essas atividades organizadas sob moldes diversos em função de uma única lógica, a do capital, há que se admitir que o enfoque correto de análise deve partir desse movimento e considerar a diferenciação dessas atividades como um processo. (Azevedo, 1990)

Neste passo, faz-se necessário discutir a problemática do setor informal em economias subdesenvolvidas, como o Brasil. Para tanto, existe a necessidade de refletir sobre o padrão de desenvolvimento

² O que não se pode confundir são os conceitos de setor informal e setor submerso, subterrâneo e invisível. O primeiro é um setor que engloba tipos de produção não condenáveis socialmente, porém não se insere na ótica de produção do tipo capitalista. “Setor subterrâneo” é uma nomenclatura utilizada para identificar setores onde a produção mantinha características capitalistas, mas algumas empresas passaram a atuar à margem do regulamento estatal e, portanto, sonegar informações, para efeito de fiscalização, sobre receitas, despesas, contratação de mão-de-obra etc.

adotado em nosso país, no decorrer da segunda metade do século XX.

É evidente que os impactos negativos da distribuição de renda e do nível de bem-estar de boa parte da população brasileira refletem o ritmo de crescimento do setor informal. Deste modo, é possível a caracterização da informalidade em países periféricos tendo em vista seus componentes estruturais e conjunturais.

As questões relativas ao emprego são inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista intensificado a partir da metade do século XX.

Segundo Arandia et al (1990, p.532-3):

(...) o modo como essa expansão capitalista se processou - com aprofundamento de desigualdades regionais, exclusão e concentração de renda - imprimiu características específicas ao mercado de trabalho e provocou transformações importantes na configuração da força de trabalho. De um lado, essas transformações caminharam no sentido da urbanização e do assalariamento da mão-de-obra, acompanhando as tendências já evidenciadas quando da expansão do capitalismo nos países centrais; de outro, ensejaram a permanência, em grau relativamente elevado, de formas precárias de inserção de trabalhadores no mercado de trabalho - típicas de economias capitalistas periféricas, com excedente de mão-de-obra, as quais se explicitam, basicamente, via situações de subemprego e ocupações em atividades organizadas sob moldes não tipicamente capitalistas.

As transformações relativas ao emprego da força de trabalho são inerentes à forma em que se processou o desenvolvimento capitalista: de um lado caracterizou o assalariamento da força de trabalho e urbanização da mesma; de outro lado, permitiu a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho através de formas de organização da produção não-tipicamente capitalista, ocupando espaços à margem da forma tipicamente capitalista, vivendo situações que vão do desemprego até o exercício de atividades

autônomas, enquadradas no setor informal da economia.

A existência de um grande contingente de trabalhadores que se encontra fora do mercado de trabalho ou subutiliza sua capacidade de trabalho revela o principal componente estrutural nestes tipos de economias. As contradições do capitalismo dependente constituem-se em uma das explicações para a existência deste grande excedente de força de trabalho. O desenvolvimento industrial da América Latina foi contraditório e desigual no momento em que se verificam as disparidades regionais e setoriais, e as diferenças entre o campo e o locus urbano.

A dependência, portanto, seria vista como causa da marginalização de vários setores, pois, dada esta situação, não foi possível incorporar toda a força de trabalho no setor formal.

Por outro lado, as sucessivas aplicações de políticas econômicas de cunho recessivo e os desajustes externos da economia brasileira podem ser apontados como os componentes conjunturais que mais contribuíram para o crescimento da economia informal.

Essas modificações conjunturais contribuíram muito para a desigualdade entre oferta e demanda de trabalho. A desaceleração do ritmo de crescimento do produto puxou para baixo a demanda por trabalho, contribuindo para o aumento do exército de reserva. Inter-relacionada com a conjuntura nacional está a estrutura de ampliação do mercado de trabalho com a entrada de jovens e migrantes.

Outro fator que contribui para a evolução das atividades informais é a inexistência de um mecanismo capaz de garantir a sobrevivência dos desempregados conjunturais, como uma política de seguro desemprego capaz de suprir as necessidades dos trabalhadores, que, por não terem outra alternativa, acabam aderindo ao mercado informal de trabalho.

Neste contexto, a definição de setor informal está atrelada à forma de organização da produção, levando-se em consideração o

proposto por Cacciamalli (1983, p.12):

A interpretação que está sendo adotada (...) é a de abstrair, entre as condições que compõem a definição, aquelas que se referem à forma de organização da produção³: acreditando-se que tal abordagem é a que mais se aproxima da conceituação original. O Setor Informal (...) reflete os trabalhos realizados por produtores que, de posse dos meios de produção, se valem do trabalho familiar, ou de alguns ajudantes, para dar fim às suas atividades

No Setor Informal, a organização da produção raramente se baseia no trabalho assalariado. Caso esse exista, não é o que dá sustentação ao processo de produção. O produtor é o proprietário dos seus instrumentos de trabalho e explora sua própria força de trabalho, colocando-se no processo produtivo como patrão e empregado. (Souza,1980)

Não obstante uma breve passagem pelos elementos teóricos para uma análise do setor informal, ou seja, uma tentativa de caracterização, do sentido e da funcionalidade deste setor em economias capitalistas, bem como a análise deste setor em economias subdesenvolvidas, faz-se necessário ater-se a uma avaliação empírica da informalidade.

3.1 A mensuração do setor informal⁴

O principal instrumento de avaliação da extensão do setor informal no Brasil é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Porém, mesmo sendo o principal instrumento de pesquisa, a generalidade dos dados que podem ser visualizados na PNAD,

³ O conceito de “forma de organização da produção” está sendo entendido como organização do processo produtivo sob a ótica e os cortes da propriedade, volume e qualidade dos meios de produção e o uso da força de trabalho.

⁴ Deve-se levar em consideração que possíveis problemas na mensuração da magnitude do setor informal são minimizados a partir do fato de que o estudo compreende uma série histórica e trata de uma comparação entre RS e Brasil, em que os índices são calculados da mesma forma, para as duas décadas estudadas.

quanto ao setor informal, tende a não traduzir com exatidão a realidade.

A PNAD é um sistema de pesquisas domiciliares, sob a responsabilidade do IBGE, destinado a coletar de modo sistemático, através de amostra probabilística de domicílios, várias informações a respeito da situação sócio-econômica da população brasileira.⁵

Apesar de ter sofrido algumas modificações e interrupções no seu processo de aplicação, a PNAD vem mantendo suas principais características, o que permite a construção de séries históricas dos seus resultados, especialmente para as regiões sócio-econômicas.

Neste sentido, a principal tabela da PNAD, da qual são retirados os principais dados, é a que relaciona a distribuição do pessoal ocupado por posição na ocupação. Nesta tabela são relacionadas as variáveis empregadores, empregados com e sem carteira assinada (em relação ao total da população e em relação ao total de empregados), conta própria e não-remunerado.

A definição destas categorias, elaborada pelo IBGE, é a seguinte:

a) Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

b) Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais

⁵ Esta pesquisa engloba informações sobre as seguintes variáveis: população residente, sexo, idade, grau de instrução, condição de atividade (economicamente ativo ou inativo), ocupação e posição na ocupação (empregado, empregador, conta própria, não-remunerado), rendimento mensal do trabalhador, horas semanais e carteira de trabalho assinada ou não.

unidades domiciliares;

c) Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

d) Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

e) Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

f) Outro trabalhador não remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;

g) Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar;

h) Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para efeito de análise, algumas categorias tiveram que ser agregadas em uma única.⁶

⁶ Devido a modificações na metodologia da elaboração da PNAD, foram agregados alguns dados que em nada prejudicam o propósito de mensuração do

Para a mensuração do setor informal, conjugam-se as categorias empregados sem carteira assinada em relação ao total, conta própria e não-remunerado.

4 O comportamento do setor informal no Brasil e no RS

Para verificar o comportamento da informalidade no Brasil e no RS, durante as décadas de 80 e 90, os dados foram coletados, agregados e organizados em tabelas, onde foi possível visualizar o setor informal em números.

A Tabela 1 apresenta os índices de informalidade para o Brasil e o RS na década de 90, excluindo o setor agrícola. As Tabelas 2 e 3 dizem respeito à distribuição do pessoal ocupado por posição na ocupação, no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos de 1981 a 1999. As Tabelas 4 e 5 tratam da participação da ocupação informal no total do pessoal ocupado, por ramo de atividade, de 1984 a 1999, ao passo que as Tabelas 6 e 7 apresentam a população ocupada, por ramos de atividade, em relação à ocupação total.

Como mencionado anteriormente, a mensuração do setor informal, na visualização das Tabelas 2 e 3, se dá pelo somatório das seguintes categorias: empregados sem carteira assinada, conta própria e não-remunerados.

Dado que houve uma mudança na metodologia de coleta de dados a partir da PNAD de 1992, as tabelas devem ser analisadas levando-se em consideração dois períodos distintos, antes de 1992 e de 1992 em diante, principalmente no que se refere aos seguintes ramos: prestação de serviços, social e administração pública.

setor informal. A agregação foi a seguinte: considera-se em um único grupo chamados de empregados aqueles definidos como empregados e trabalhadores domésticos; considera-se em um único grupo chamado de conta própria aqueles definidos como conta própria, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso; considera-se em um único grupo chamado de não-remunerado aqueles definidos como trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não-remunerado.

Deve-se ressaltar que os índices totais de informalidade devem ser considerados como mais adequados a partir de 1992, dado que, até então, os militares e funcionários públicos estatutários estavam sendo incluídos na categoria dos sem carteira de trabalho assinada, superestimando os índices de informalidade no País e no Estado.

Os índices de informalidade na economia brasileira mantêm-se elevados no período estudado, variando de 59,5% em 1981 para 57,4% em 1990; no entanto, revela uma queda no período, ao passo que no RS o índice se eleva de 58% para 59,5%, respectivamente.

Em se tratando do período entre 1992 e 1999, os dados são os seguintes, para o Brasil e o RS, respectivamente: 54% e 54,4%; 57,2% e 57,6%. Evidencia-se que, na década de 90, há um aumento dos índices de informalidade, mesmo que pouco expressivo.

Numa avaliação por ramos de atividade, verifica-se que o ramo agrícola possui os mais altos índices de informalidade, tanto no Brasil como no RS, ficando em torno de 90%.

No caso do RS, existe uma peculiaridade, em que se evidencia uma participação bastante expressiva do ramo de atividade agrícola no total da população ocupada (Tabela 7), bem como este ramo de atividade se apresenta como o de maior índice de informalidade (em torno de 90%). Portanto, entende-se que, apesar de a informalidade ser um fenômeno urbano, no RS, a partir da forma de mensuração adotada, a maior contribuição para os altos índices de informalidade se deve ao setor rural.

Mesmo havendo uma queda na participação do ramo agrícola no total da ocupação (de 35% em 1981 para 25,8% em 1999), este ramo é o que concentra a maior ocupação durante o período. Isto não invalida a observação de que o índice de informalidade no RS é elevado; pelo contrário, evidencia que é no ramo de atividade agrícola que as condições para a ocorrência da ocupação informal são mais favoráveis, principalmente no que diz respeito à categoria não-remunerados, que compreende uma parte significativa dos

ocupados deste ramo (cerca de 44% na década de 1980, caindo para cerca de 36% na década de 1990, em média. Enquanto que para o Brasil, a participação dos não remunerados deste ramo fica em torno de 27%).

Deve-se observar, de acordo com a Tabela 1, que, quando há exclusão da participação do ramo de atividade agrícola no total da ocupação, existe uma mudança significativa nos índices totais de informalidade, em que o Brasil supera o RS em todos os anos da década de 90, ou seja, caso se entenda a informalidade como um fenômeno estritamente urbano, estes índices revelam uma inversão de posição em se tratando da comparação entre RS e Brasil.

**Tabela 1 – Índices de informalidade excluindo-se o setor agrícola
Brasil e RS – 1992/99 (%)**

Anos	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	39,7	40,8	41,1	41,7	41,6	42,8	42,2
RS	35,5	35,2	35,9	37,8	37,4	37,1	38,6

Fonte de dados: PNAD

Quanto à da indústria da transformação, os índices de informalidade são mais expressivos no Brasil do que no RS, apesar de que a população ocupada neste ramo de atividade em relação a ocupação total cresceu no Estado, enquanto que no País houve uma redução.

No Brasil, a indústria de transformação ocupa o quarto lugar em importância no total da ocupação, possuindo um índice de informalidade em torno de 30%. No RS, este ramo de atividade se encontra na terceira posição em relação ao total da população ocupada; porém, possui um índice de informalidade inferior ao da economia brasileira, o que evidencia uma contribuição menos expressiva para o elevado índice de informalidade no Estado, se comparado ao ramo agrícola e de prestação de serviços.

Apesar de apresentar índices de informalidade elevados (superiores aos índices totais), a indústria da construção civil contribui com 5 a 6% da ocupação total no Estado, oscilando entre 6 e 9% no País, caracterizando-se como o sexto ramo mais importante, em relação à ocupação total, tanto no RS como no Brasil. Isto revela uma influência menos expressiva da indústria da construção civil nos altos índices de informalidade da economia brasileira, ao que costuma ser dada uma relevância maior do que a devida.

O comércio de mercadorias, além de apresentar altos índices de informalidade, tanto para o Estado quanto para o País, possui uma participação importante na ocupação total, confirmando que uma de suas peculiaridades como ramo de atividade é de que a atividade informal encontra condições favoráveis para a sua ocorrência, bem como as características do “setor informal” são facilmente evidenciadas.

A exemplo do comércio de mercadorias, a atividade de prestação de serviços também possui altos índices de informalidade, porém, encontra-se em queda na década de 90, ficando abaixo dos índices totais, tanto no RS como no Brasil. Constitui-se num ramo de atividade de importância relativa, por ser o segundo de maior ocupação.

O ramo de atividade social é o quinto em participação na ocupação total, superando o ramo da construção civil; no entanto, o ramo social possui índices de informalidade relativamente baixos, tanto no Estado como no País, o que revela que a sua contribuição para os índices totais da informalidade é menos importante que a dos demais ramos mencionados anteriormente.

Apesar de importantes, os demais ramos de atividade somados compreendem cerca de 15% do total da ocupação, revelando que, isoladamente, não exercem influência significativa sobre os índices totais de informalidade, tanto da economia gaúcha como da brasileira.

Considerações finais

Em se tratando do comportamento da informalidade por ramos de atividade, conclui-se que o ramo agrícola, caracterizado, em parte, pela agricultura familiar e outras formas de exploração não-tipicamente capitalistas, foi aquele que mais contribuiu para os altos índices de informalidade no RS, seguido da prestação de serviços, do comércio de mercadorias, da indústria da transformação e da indústria da construção, ou seja, daqueles ramos de atividade em que as características da informalidade podem ser observadas com maior clareza.

Para a economia brasileira, estes também são os ramos de atividade que mais contribuíram para os altos índices de informalidade, mesmo que não seja na mesma ordem de importância.

A ocorrência de índices de informalidade mais elevados no RS implica o fato de que o ramo de atividade agrícola compreende uma maior proporção da ocupação informal no Estado em relação ao País, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores não-remunerados.

Caso se trate da informalidade como fenômeno de ocorrência exclusivamente urbana, desconsiderando-se a ocupação no ramo de atividade agrícola, os índices de informalidade são inferiores no Estado em relação ao País, apesar de apresentarem uma tendência ao crescimento, como pode ser observado na Tabela 7.

Em relação às atividades urbanas, existe uma semelhança no comportamento dos índices, o que significa dizer que a informalidade no RS tem características e fatores causais semelhantes aos do Brasil.

Quando há diferença no comportamento dos índices de informalidade, por ramos de atividade, aquela não é suficientemente expressiva para determinar alterações nos índices totais, ao ponto em que o País supere o Estado, a exemplo do que ocorre quando se

exclui o ramo agrícola.

Deve-se considerar que, independentemente das peculiaridades, os índices de informalidade são elevados no Brasil e no RS, mesmo que se considerem apenas os ramos de atividade urbanos, bem como possuem tendência à elevação.

Tabela 1- Distribuição da população ocupada por posição na ocupação no Brasil – 1981/99 (%)

Posição na ocupação	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Empregador	3,2	3,3	3,1	3,3	3,2	3,4	3,5	3,3	4,3	4,6	3,7	3,7	3,9	3,7	4,0	4,1	4,1
Empregados	64,2	63,1	65,1	63,8	64,6	66,1	66,0	66,1	66,0	64,7	59,0	59,3	58,6	60,4	59,7	59,7	58,8
C/carteira*	58,1	57,3	53,1	54,9	56,5	57,8	58,3	58,7	59,3	58,9	68,2	67,1	68,1	67,1	67,4	62,0	61,3
S/carteira																	
A* *	41,9	42,7	46,9	45,1	43,5	42,2	41,7	41,3	40,7	41,1	31,8	32,9	31,9	32,9	32,6	38,0	38,7
B* * *	26,9	27,0	30,5	28,8	28,1	27,9	27,6	27,3	26,9	26,7	16,7	17,2	16,3	17,4	17,0	17,5	17,3
Conta																	
Própria	22,7	23,3	22,5	23,3	22,8	22,9	22,6	23,0	22,0	22,7	26,9	26,7	27,5	26,8	27,3	27,4	27,8
Não remunerado	9,9	10,3	9,3	9,6	9,4	7,6	7,9	7,6	7,9	8,0	10,4	10,5	10,1	9,1	8,9	8,8	9,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte de dados: PNAD

Obs.: Devido à forma como os dados estão disponibilizados, na categoria sem carteira de trabalho assinada estão incluídos os funcionários públicos estatutários e militares, do ano de 1981 até 1990; a partir de 1992, estão excluídos os funcionários públicos estatutários e militares.

* Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria empregados;

** Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados;

*** Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, índices estes necessários para a avaliação da magnitude da ocupação informal.

Tabela 2- Distribuição da população ocupada por posição na ocupação no RS – 1981/99 (%)

Posição na ocupação	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Empregador	3,1	3,5	3,2	2,9	2,9	2,9	3,9	4,0	4,3	4,5	4,0	3,8	4,6	4,0	4,9	4,7	4,4
Empregados	54,4	56,6	54,7	56,2	55,9	55,7	57,6	58,1	58,8	57,0	53,5	52,9	53,2	54,5	54,7	54,7	55,2
C/carteira*	71,5	70,8	70,2	69,2	69,5	69,4	69,0	69,7	71,1	69,9	72,5	74,2	73,5	71,8	71,7	74,1	72,6
S/carteira																	
A* *	28,5	28,2	29,8	30,8	30,5	30,6	31,0	30,3	28,9	30,1	27,5	25,8	27,6	28,2	28,2	25,9	27,4
B* * *	15,5	16,5	16,2	17,3	17,1	17,0	17,9	17,5	17,0	17,2	14,7	13,7	14,7	15,3	15,5	17,5	17,3
Conta	23,5	22,9	25,3	24,9	25,5	25,6	25,1	25,3	24,8	25,1	29,0	29,6	29,6	28,9	28,8	28,9	29,1
Própria																	
Não remunerado	19,0	17,0	16,8	15,9	15,7	15,8	13,4	12,6	12,1	17,2	13,5	13,7	13,7	12,6	11,5	11,6	11,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte de dados: PNAD

Obs.: Devido à forma como os dados estão disponibilizados, na categoria sem carteira de trabalho assinada estão incluídos os funcionários públicos estatutários e militares, do ano de 1981 até 1990; a partir de 1992, estão excluídos os funcionários públicos estatutários e militares.

* Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria empregados;

** Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados;

*** Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, índices estes necessários para a avaliação da magnitude da ocupação informal.

Tabela 3 – Participação da ocupação informal na ocupação total, por ramos de atividade – Brasil- 1984/1999 (%)

Ramos de atividade	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	91,4	90,0	89,5	88,3	89,0	87,5	86,9	90,2	90,1	89,8	89,3	89,6	90,1	89,7
Indústria de transformação	23,7	23,7	23,8	22,4	22,6	23,2	23,5	27,8	28,8	28,6	30,4	30,9	31,1	32,3
Indústria de construção	59,1	59,4	58,1	62,4	58,9	59,0	60,8	66,8	65,6	67,0	68,5	68,2	75,2	75,4
Outras atividades industriais	26,7	25,0	23,7	26,8	28,1	28,3	25,6	24,2	25,8	22,7	23,0	23,8	23,5	24,2
Comércio de mercadorias	52,5	52,5	50,6	52,0	50,3	50,9	52,2	58,3	59,3	59,7	58,4	57,5	56,8	58,1
Prestação de serviços	77,3	76,7	75,4	75,3	75,3	73,3	73,5	43,1	43,0	42,3	41,3	40,5	41,3	41,2
Serviços auxiliares	43,6	43,7	44,4	43,0	46,3	40,9	42,6	44,5	47,9	49,8	49,7	48,8	49,7	52,2
Transporte e comunicação	38,4	38,2	37,7	38,5	37,2	35,4	36,3	38,7	38,3	40,6	43,1	44,6	46,2	48,3
Social	43,4	42,1	42,7	41,7	42,3	42,4	43,4	22,6	23,2	23,7	25,7	25,0	27,0	26,1
Administração Pública	51,6	48,6	47,5	45,8	47,7	50,1	53,2	12,6*	14,7*	13,5*	16,3*	16,5*	17,6*	17,9*
Outras atividades	23,2	23,9	24,1	26,7	26,0	23,8	24,1	28,8	29,7	31,2	32,7	35,0	39,0	40,2

Fonte de dados: PNAD

* Para os anos de 1992 a 1999, estão excluídos os militares e funcionários públicos estatutários, portanto, a categoria sem carteira de trabalho assinada é significativamente reduzida, reduzindo, por conseqüência, o índice de informalidade, que só deve ser considerado para a Administração Pública a partir de 1992. O mesmo ocorre para os ramos de prestação de serviços e social.

Tabela 4 – Participação da ocupação informal na ocupação total, por ramos de atividade –RS- 1984/1999 (%)

Ramos de atividade	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	92,9	93,4	91,2	89,6	91,4	90,2	88,9	90,9	91,8	92,1	92,5	90,5	92,1	90,1
Indústria de transformação	15,5	16,2	15,4	18,9	18,1	16,6	17,1	22,9	21,4	22,9	22,3	22,9	22,3	24,4
Indústria de construção	46,9	53,2	49,9	59,1	55,9	52,6	56,1	66,7	65,8	67,2	73,8	69,7	67,8	63,8
Outras atividades industriais	16,0	17,7	26,0	22,4	33,1	30,1	22,1	30,4	16,7	26,0	34,5	31,4	17,5	39,1
Comércio de mercadorias	38,8	38,3	38,6	38,9	39,0	37,7	42,1	45,2	49,1	50,3	50,1	50,1	48,9	49,1
Prestação de serviços	68,3	69,7	66,0	68,5	72,1	67,8	67,0	42,4	40,3	39,7	40,7	39,9	36,7	40,0
Serviços auxiliares	47,1	47,2	45,7	48,3	52,5	49,3	49,6	52,5	55,9	52,3	57,5	56,8	55,7	59,1
Transporte e comunicação	39,6	37,5	35,9	39,6	38,6	33,9	36,4	36,7	38,2	37,1	39,6	43,1	46,6	46,4
Social	38,9	39,7	35,9	38,4	37,2	38,7	38,2	21,3	18,8	20,9	23,2	23,2	22,6	24,4
Administração Pública	56,2	54,9	55,8	51,9	46,8	52,2	55,1	9,3*	9,5*	9,8*	14,0*	11,3*	12,3*	17,6*
Outras atividades	31,2	35,1	32,7	36,2	32,7	30,6	38,9	40,2	38,1	44,0	38,5	35,4	56,9	51,8

Fonte de dados: PNAD

* Para os anos de 1992 a 1999, estão excluídos os militares e funcionários públicos estatutários, portanto, a categoria sem carteira de trabalho assinada é significativamente reduzida, reduzindo, por consequência, o índice de informalidade, que só deve ser considerado para a Administração Pública a partir de 1992. O mesmo ocorre para os ramos de prestação de serviços e social.

Tabela 5 – População ocupada por ramos de atividade em relação a ocupação total – Brasil - 1981/1999 (%)

Ramos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	29,3	29,5	27,1	29,8	28,5	25,8	24,7	24,7	23,2	22,8	28,3	27,4	26,1	24,5	24,2	23,4	24,2
Indústria de Transform.	15,0	14,7	13,9	14,2	14,7	16,2	15,7	15,3	15,9	15,2	12,8	12,8	12,3	12,3	12,3	11,8	11,6
Indústria de Construção	8,0	7,1	9,5	5,9	5,8	6,5	6,6	6,4	6,3	6,2	6,1	6,4	6,1	6,4	6,6	7,2	6,6
Outras ativ. industriais	1,6	1,6	1,8	1,7	1,6	1,5	1,5	1,7	1,5	1,4	1,4	1,4	1,2	1,1	1,1	1,2	1,1
Comércio de mercadorias	10,3	10,3	10,5	10,6	10,9	11,3	11,6	11,5	12,3	12,8	12,2	12,7	13,1	13,3	13,3	13,5	13,4
Prestação de serviços	15,3	16,1	16,3	16,6	16,6	16,6	17,6	17,5	17,6	17,9	17,7	17,8	19,1	19,3	19,4	19,2	19,3
Serviços auxiliares	2,6	2,6	2,5	2,6	2,7	2,8	2,9	3,1	3,2	3,3	2,9	2,9	3,3	3,4	3,6	3,9	3,9
Transporte e Comunic.	3,9	3,8	3,7	3,6	3,6	3,6	3,8	3,7	3,7	3,9	3,5	3,4	3,6	3,7	4,0	4,0	3,9
Social Adm.	7,2	7,3	7,4	7,5	7,8	8,2	8,1	8,7	8,7	8,7	8,4	8,4	8,7	9,2	9,1	9,6	9,5
Pública	4,0	4,2	4,1	4,2	4,4	4,7	4,7	4,8	4,9	5,0	4,6	4,6	4,6	4,7	4,5	4,6	4,6
Outras atividades	2,7	2,7	3,0	3,1	3,3	2,8	3,0	2,8	2,9	2,8	2,2	2,1	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte de dados: PNAD

Tabela 6 – População ocupada por ramos de atividade em relação a ocupação total – RS- 1981/1999 (%)

Ramos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	35,0	33,4	34,3	33,9	32,8	29,8	28,0	27,1	25,9	27,1	31,3	31,0	29,1	26,8	26,2	26,0	25,8
Indústria de Transform.	14,6	15,3	14,9	15,5	15,8	17,7	15,9	17,4	17,1	15,4	16,5	16,7	16,1	16,0	16,3	15,1	15,9
Indústria de construção	6,4	6,2	5,9	4,9	4,8	5,1	5,6	4,9	5,6	5,5	4,9	4,8	4,7	5,6	5,9	6,1	5,5
Outras ativ. industriais	1,9	1,8	1,9	1,7	1,6	1,7	1,6	1,7	1,5	1,4	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8
Comércio de mercadorias	9,2	9,0	9,6	9,8	10,1	11,5	10,6	11,6	12,8	12,5	10,5	11,4	11,1	11,8	11,5	11,5	11,6
Prestação de serviços	13,0	13,6	13,2	13,3	13,6	13,6	15,9	15,3	15,2	16,0	15,2	14,9	16,4	16,4	17,4	17,0	16,8
Serviços auxiliares	3,0	2,5	2,3	2,4	2,7	2,8	3,0	3,3	3,2	2,9	3,2	3,3	3,5	4,1	3,8	4,5	4,1
Transporte e Comunic.	3,4	3,5	3,7	3,5	3,6	3,4	3,4	3,2	3,5	3,6	2,9	2,9	3,2	3,1	3,4	3,4	3,4
Social Adm. Pública	6,7	7,2	6,9	7,1	7,3	7,5	7,6	7,8	7,4	8,1	7,8	7,5	8,2	8,6	8,4	9,1	9,5
	4,0	4,6	4,3	4,6	4,2	4,2	5,1	5,1	4,8	4,9	4,2	3,9	4,2	4,3	4,1	4,3	4,2
Outras	2,6	2,9	3,0	3,3	3,7	2,7	3,3	2,7	3,0	2,6	2,5	2,5	2,5	2,3	2,0	2,2	2,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte de dados: PNAD

5 Referências bibliográficas

- ARANDIA, A. K, JORNADA, M. I. J, TONI, M. et al. Reflexos da crise dos anos 80 sobre as relações de trabalho no Rio Grande do Sul. In: **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990, p. 529-591.
- AZEVEDO, Beatriz R. Zago. O setor informal. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1990, p. 164-196.
- _____. Setor informal e formas de participação na produção. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1984, ano 4, n. 2, p. 185-194.
- _____. Economia informal: uma revolução em marcha? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1988. Ano 9, n. 1, p. 136-140.
- _____. Propostas teóricas para o estudo das ocupações ditas informais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1981. Ano 2, n. 1, p. 51-74.
- _____. Políticas para o setor informal: omissão ou utopia. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 1989. v. 17, n. 3, p. 93-97.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.13, n.3, 1983, p. 11-102.
- _____. Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de oitenta. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 1992 v.22, n. especial, p. 133-150.
- _____. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, José M. e GIAMBIAGI, Fábio (Org.) **Distribuição de renda no Brasil**. Editora Paz e Terra S/A. Rio

de Janeiro, RJ, 1991, p. 121-143.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA (FIBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de
Domicílios (PNAD)**. Vários anos.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho: elementos para
uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de
trabalho no desenvolvimento capitalista**. 2. ed. São Paulo:
Hucitec, 1979.

SOUZA, Paulo R. A determinação da taxa de salários em economias
atrasadas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 1980, v.10, n.2, p.
103-12.